

**IC - Inquérito Civil n. 06.2023.00000869-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 90, inciso XII, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e

**EMBRAED EMPRESA BRASILEIRA DE EDIFICAÇÕES S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 78.530.375/0001-50, com sede na Avenida Brasil, 3313, sala 09, Centro, Balneário Camboriú, neste ato representada por Maria de Aguiar Fonseca, procuradora da empresa, inscrita na OAB/SC, sob o n. 26952, ora **COMPROMISSÁRIO**, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que nos termos do art. 127, *caput*, da CRFB o *“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*;

**CONSIDERANDO** que a pessoa com deficiência, seja mulher grávida, idoso, pessoa temporária ou definitivamente privada de sua mobilidade, tem direito de se locomover livremente pelas vias públicas e calçadas sem necessitar da ajuda de terceiros, de forma autônoma e independente, sem ser objeto de tratamento diferenciado, vexatório e discriminatório;

**CONSIDERANDO** que no intuito de garantir tal direito à igualdade o legislador estabeleceu no artigo 227, § 2º, e art. 244, ambos da Constituição Federal que:

Art. 227, § 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244 - A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 7.853/1989, visando à integração social do portador de deficiência, dispôs em seu artigo 2º, parágrafo único, inciso V, alínea "a" que *"Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: [...] V - na área das edificações: a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte;*

**CONSIDERANDO** que, na exata diretriz, a Lei n. 10.098/2000 estabeleceu normas para o planejamento e urbanização das vias públicas, parques e demais espaços de uso públicos:

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em

nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

[...]

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

[...]

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 10-A. A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

**CONSIDERANDO** que o Decreto n. 5.296/2004, publicado em 3/12/2004, que regulamenta a Lei n.10.098/2000, dispôs acerca das garantias a serem implementadas para aproximação de circulação livre de barreiras por pessoas portadoras de deficiência visual, mental, auditiva e cadeirantes:

Art. 16. As características do desenho e a instalação do mobiliário urbano devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa portadora de deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual e manual para as pessoas portadoras de deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras, atendendo às condições estabelecidas nas normas

técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1º Incluem-se nas condições estabelecida no caput:

I - as marquises, os toldos, elementos de sinalização, luminosos e outros elementos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres;

II - as cabines telefônicas e os terminais de auto-atendimento de produtos e serviços;

III - os telefones públicos sem cabine;

IV - a instalação das aberturas, das botoeiras, dos comandos e outros sistemas de acionamento do mobiliário urbano;

V - os demais elementos do mobiliário urbano;

VI - o uso do solo urbano para posteamento; e

VII - as espécies vegetais que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação de pedestres.

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a notícia de suposta inobservância às normas de acessibilidade pela **EMBRAED Empresa Brasileira de Edificações S.A.**, em razão da instalação de tapume de obra em calçada localizada na Rua 3160, esquina com a Rua 3140, Centro, Balneário Camboriú;

**CONSIDERANDO** que as imagens acostadas ao caderno indiciário demonstraram não só o avanço dos tapumes sobre a calçada como pontos de completa obstrução, de modo a impedir a passagem de pedestres;

**CONSIDERANDO** que o Departamento de Fiscalização de Obras compareceu ao local, oportunidade em que constatou que o recuo dos tapumes e a estrutura da calçada está em desconformidade com os artigos 490 e 492 da Lei Municipal n. 301/1974, artigo 6º da Lei Municipal n. 23/2018 e NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, razão pela qual foi expedido o Auto de Intimação n. 18986;

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5º, paragrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente termo, a regularizar perante o Município de Balneário Camboriú a situação constatada em relação aos tapumes e à calçada localizados na Rua 3160, esquina com a Rua 3140, Centro, Balneário

Camboriú;

**Parágrafo 1º:** O descumprimento da cláusula 1ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até a efetiva adequação, destinada ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

**Parágrafo 2º:** O COMPROMISSÁRIO compromete-se a comprovar o cumprimento integral da cláusula 1ª, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do prazo assinalado para adequação, por meio de relatório com registro fotográfico.

**CLÁUSULA 2ª** - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a observar as normativas vigentes no tocante à acessibilidade no curso das obras do empreendimento.

**CLÁUSULA 3ª** - O compromissário compromete-se a pagar, a título de multa indenizatória pelos danos causados à coletividade, o valor de 5 (cinco) salários mínimos, com vencimento em 30 dias a partir da assinatura do presente termo, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRBL, a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

**CLÁUSULA 4ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 5ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 6ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 7ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais

efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Balneário Camboriú, 05 de abril de 2023.

**Alvaro Pereira Oliveira Melo**

**Promotor de Justiça**

**EMBRAED EMPRESA BRASILEIRA DE EDIFICAÇÕES S.A**